

DESTAQUE

RIBAMAR OLIVEIRA

O sacrifício pode ser maior

14 NOV 1998

ESTADO DE SÃO PAULO

Na entrevista coletiva de ontem do ministro da Fazenda, Pedro Malan, a repórter Mônica Yzaguirre, do jornal *Gazeta Mercantil*, deu uma aula de jornalismo. De forma respeitosa, mas com a insistência que os bons jornalistas precisam ter, a repórter conseguiu "arrancar" de Malan a informação que faltava para a compreensão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI): o superávit primário do setor público brasileiro de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999 não é um compromisso, mas apenas "uma meta indicativa", pois o que interessa mesmo – e este é um compromisso incontravél – é o déficit nominal de 4,7% do PIB.

Essa informação é fundamental porque, para reduzir o déficit nominal (receitas menos todas as despesas, incluindo o pagamento de juros) de 8% para 4,7% do PIB, o governo brasileiro poderá no futuro ter que obter um superávit primário (receitas menos despesas, sem incluir o pagamento de juros) maior dos que os 2,6% do PIB previsto no Programa de Estabilidade Fiscal. Ou seja, o sacrifício da sociedade poderá ser maior. Tudo vai depender da trajetória de queda da taxa de juros.

Quando o governo brasileiro indica que o superávit primário do setor público, como um todo, em 1999, será de 2,6% do PIB, e o déficit nominal não poderá ultrapassar 4,7% do PIB, está dizendo simplesmente que espera que as despesas com o pagamento dos juros não ultrapassem 7,3% do PIB – algo em torno de US\$ 66,5 bilhões. (Chega-se a 7,3% do PIB somando 4,7% do PIB com 2,6% do PIB, pois o superávit primário nada mais é do que o dinheiro que o governo pretende economizar para pagar uma parcela da conta de juros). Para chegar a esse porcentual, o governo estimou uma taxa média de juros de 21,89% para 1999.

Mas nada garante que o governo conseguirá executar essa trajetória de queda dos juros, que

atualmente estão em 39% ao ano. Se o cenário internacional melhorar e as medidas do ajuste fiscal forem integralmente aprovadas pelo Congresso, é possível que as taxas caiam mais rápido que os esperado. Nesse caso, o gasto com os juros seria menor e o governo poderia até mesmo reduzir o superávit primário e amenizar os cortes orçamentários. Esse é, digamos assim, o cenário ideal, que pressupõe também a manutenção dos elevados investimentos diretos estrangeiros no Brasil no patamar em torno de US\$ 18 bilhões a US\$ 20 bilhões para o próximo ano.

Mas é preciso analisar outros cenários. Se a situação internacional não voltar à calma anterior ao calote da Rússia (que não era tão tranquila, mas sem dúvida melhor do que a atual), ou seja, se o mercado de capitais não for reaberto para o Brasil, o governo não poderá reduzir as taxas de juros da forma como espera. Nesse cenário pessimista, os investimentos diretos estrangeiros no Brasil também cairiam.

Neste caso, o gasto com o pagamento de juros será maior do que os 7,3% do PIB e o governo teria de fazer um superávit primário maior do que os 2,6% do PIB para pagar a despesa adicional de juros. Só dessa forma seria possível manter o déficit nominal em 4,7%



■ Ribamar Oliveira é jornalista

O esforço fiscal do setor público vai depender da trajetória de queda das taxas de juros

do PIB. Um superávit primário maior significa mais cortes de gastos orçamentários ou mais elevação de tributos.

É evidente que a aprovação das medidas do ajuste pelo Congresso contribuirá para melhorar as expectativas do mercado internacional e reduzir a probabilidade de que o cenário pessimista se concretize. Mas, infelizmente, nem tudo depende da vontade da sociedade. O aumento de receita da União estimado para 1999, por exemplo, não é verossímil. Na proposta orçamentária, o governo informa que sua arrecadação crescerá R\$ 17 bilhões no ano que vem, em comparação com a deste ano. Mesmo com a economia em recessão.